

Linguagem e identidade social – uma abordagem sociolinguística

Tércia Ataíde França Teles
(Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)
terciateles@yahoo.com.br

RESUMO: A língua constitui-se em uma atividade essencialmente social. O fato de a língua ser condicionada e modelada pela realidade social e cultural faz dela também um instrumento político que representa reflexos significativos no processo de aprendizagem de alunos provenientes de classes populares. No caso específico da comunidade brasileira, há de se levar em conta o fato de a língua-padrão estar diretamente ligada à classe dominante. Disso decorre que as variedades não-padrão e seus falantes serem altamente estigmatizados dentro da nossa sociedade. O estigma associado aos traços do dialeto do aluno é um dos fatores de discriminação e inferiorização do sujeito e de toda uma classe social, incluindo sua história e sua cultura. Considerando que somente um olhar global sobre o ser humano é capaz de superar o desafio da complexidade de nosso mundo e de nossas relações, o presente artigo propõe uma análise da relação do sujeito, oriundo de classes populares, com a aprendizagem da norma culta da língua, numa perspectiva educacional intercultural e transcultural.

Palavras-chave: Língua, Desigualdade Social, Linguagem, Aprendizagem

1. Língua e Linguagem

A língua é um bem comum a todos, determinante territorial e cultural de um povo. Não podemos pensar em língua melhor ou pior, língua superior ou inferior num país onde a diversidade linguística é tão marcante.

Nenhuma outra característica distingue tão bem o homem dos outros animais como o domínio da linguagem. Ela tem sido o eixo central do desenvolvimento social e cultural da humanidade.

A importância dos processos comunicativos nas sociedades urbanas e industriais revela-se na habilidade do falante em usar a sua língua para interagir com seus semelhantes comunicando seus pensamentos, sentimentos e ações por meio de um sistema de signos vocais – a língua. Como o ser humano dispõe de inúmeras possibilidades para comunicar-se, cada língua corresponde à expressão de uma escolha entre as várias possibilidades linguísticas, apresentando variações relevantes em função de valores sociais, regionais, de faixa etária, de situação econômica, etc.

A língua como um sistema de possibilidades oferece um conjunto flexível no que diz respeito às regras de seleção, combinação e substituição sem comprometer ou alterar a interação. É o que entendemos por variação linguística.

Não há hierarquia entre os usos variados da língua assim como não há uso linguisticamente melhor que outro. Em uma mesma comunidade linguística, portanto, coexistem usos diferentes, não existindo um padrão de linguagem que possa ser considerado superior. As pessoas não falam do mesmo modo e até uma mesma pessoa não fala sempre da mesma maneira.

2. Linguagem e Identidade Social

Segundo Le Page (1980), todo ato de fala é um ato de identidade. A linguagem é o índice por excelência da identidade. As escolhas linguísticas são processos inconscientes que o falante realiza e está associado à múltiplas dimensões constitutivas da identidade social e aos múltiplos papéis sociais que o usuário assume na comunidade de fala. O que determina a escolha de uma ou outra variedade é a situação concreta de comunicação.

A história da colonização do Brasil mostra o processo de formação da nossa língua à luz dos aspectos mais marcantes para a diversidade linguística presente em nosso território, um país monolíngüe. Por exemplo a língua trazida para o Brasil pelos portugueses conservou-se, nos grandes centros de colonização

no litoral, onde havia constante intercâmbio comercial e cultural com a metrópole, bem semelhante à modalidade lusitana, distinguindo-se dela, porém, em alguns traços. Com relação aos vernáculos rurais, observa-se um maior distanciamento da norma portuguesa, pois nessa modalidade, possivelmente, foi mais acentuada a influência das línguas indígenas e dos falares dos negros que vinham para o Brasil dominando ou não o dialeto crioulo que já se instituíra na África, em colônias também portuguesas.

A atribuição de prestígio a uma variedade lingüística decorre de fatores de ordem social, política e econômica. Ao longo de toda a história brasileira, o português falado pelas classes mais favorecidas tem sido a variedade prestigiada em detrimento das outras, é a chamada norma-padrão ou língua-padrão, é a que foi eleita como representativa de um país, é ensinada e aprendida na escola. Quando uma variedade de língua é eleita variedade padrão, ela ganha alta condição social (status) e passa a ser instrumento de dominação sobre as demais variedades que passam a ser consideradas inferiores, devido a uma visão preconceituosa, perpetuada de alguma maneira pôr meio das regras impostas pela gramática da língua escrita, que legitima a linguagem padrão como única.

No caso do Brasil, a norma-padrão atual foi determinada pelas mudanças de pólos econômicos, políticos e culturais do país e reforçada pelo preconceito que impõe uma suposta superioridade do falar urbano (dos escolarizados, letrados) sobre o falar rural (dos analfabetos ou com pouco letramento).

3. Classe Social e Aprendizagem

No Brasil, as diferenças lingüísticas não são seriamente levadas em conta. A escola é norteadada para ensinar a língua da cultura dominante e tudo o que se afaste desse código defeituoso deve ser eliminado.

O ensino sistemático da língua é de fato uma atividade impositiva, a escola, porém não pode ignorar as diferenças sociolingüísticas. É sabido que o comportamento lingüístico é um indicador claro da estratificação social, os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua e que o prestígio do português culto, padronizado pelas gramáticas, dicionários e cultivado na literatura e em diversos domínios institucionais da sociedade não se restringe apenas aos grupos de seus usuários, o cidadão erudito que tem a língua-padrão como meio natural de comunicação, mas perpassa todos os segmentos sociais inclusive as classes mais populares, que demonstram uma valorização em relação à “boa linguagem”, “à fala daqueles que têm estudo”.

A importância relevante para a população de baixa renda ter acesso à língua-padrão corresponde a um fator de mobilidade social do indivíduo. Dominar a língua falada pelas classes mais favorecidas pode favorecer o acesso a níveis superiores de ensino e a melhores condições de trabalho além de poder exercer com plenitude seus direitos de cidadão ao ter acesso aos textos impressos disponíveis para a leitura; jornais, revistas, livros, periódicos etc. Porém o acesso à língua-padrão não deve ser um processo de transição de uma cultura para outra, mas sim de ampliação do universo cultural do indivíduo. Sem acesso à leitura e a escrita, uma grande parte de brasileiros fica excluída de práticas sociais de letramento que lhes proporcionam melhor integração e condição de exercício de sua cidadania.

É possível dizer que a educação lingüística de cada indivíduo começa logo no início de sua vida, quando em interação com a família, adquire a língua materna. Neste processo, que prossegue ao longo de toda a infância e mesmo além, a pessoa vai aprendendo as normas de comportamento que regem a vida dos diversos grupos sociais, cada vez mais amplos e variados em que ela vai ser chamada a se inserir. Ninguém negaria que há diferenças no comportamento e no uso da língua entre os grupos sociais que se formam ao longo desse processo, a língua em si mesma é um importante meio de manutenção da identidade do grupo, como já foi dito. O que se deve questionar é se tais diferenças causam problemas educacionais.

Segundo Bortoni (2005), no desenvolvimento das ações da sociolingüística educacional, o primeiro princípio a considerar é que a influência da escola na aquisição da língua não deve ser procurada no dialeto vernáculo do falante – em seu estilo mais coloquial –, mas sim em seus estilos formais, monitorados. É no campo da linguagem monitorada que as ações de planejamento lingüístico têm influência. O vernáculo – o

estilo mais espontâneo – é infenso à ação da escola, excetuando, naturalmente, as possibilidades de influência de um dialeto em outro.

Os estudos etnográficos de Philips (1972), Piestrupp (1973) e Brice-Heath (1983), entre outros, demonstraram que as estratégias de recriação em sala de aula de padrões próprios da cultura das crianças atingem bons resultados. A simples exposição a um outro dialeto no domínio da escola ou pela mídia não acarreta mudanças no repertório básico de um falante. Labov & Harris (1986). É quase inútil corrigir a fala da criança em sala de aula, os professores não conseguem mudar o modo de falar das crianças contra a pressão da família e dos grupos a que pertencem em seu meio social.

Aprender, em qualquer disciplina escolar tem a ver com compreensão e interpretação, com a relação entre conhecimento acadêmico e conhecimento do mundo real. As crianças são naturalmente curiosas e capazes de descobrir por si mesmas, por isso é muito mais interessante estimular nas aulas de língua um conhecimento cada vez maior e melhor de todas as variedades sócio lingüísticas, para que o espaço de sala de aula deixe de ser um local para o estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos.

Os PCN contempla a necessidade de superação do isolamento das áreas, pois se objetiva que a produção de conhecimento na escola contemple a multiplicidade, onde se considera a diversidade cultural presente no espaço escolar.

Ao extrapolar as atividades curriculares, o ensino da língua visa à construção de uma escola comprometida com a transformação social, permitindo o conhecimento crítico da realidade, onde a educação para a cidadania possibilitará que questões sociais sejam apresentadas para uma maior reflexão, procurando desenvolver no ser humano a consciência que atravessa o ensino da língua, impondo uma outra visão sobre ela mesma.

4. Conclusão

Com base em tudo que foi aqui apresentado, podemos concluir que não é possível aprendizagem sem cultivar o campo do sujeito e sem respeitar as suas raízes, a cultura na qual ele está inscrito. Por isso devemos pensar a educação sempre em termos interculturais e transculturais numa perspectiva transdisciplinar, que leve em consideração todas as dimensões do ser humano.

Referências Bibliográficas

- BAGNO, M., STUBBS, M., e GAGNÉ, G. *Língua Materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.
- BRICE-HEATH, S. *Ways with Words*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola, 2005.
- LABOV, W. & HARRIS, W. A. *De Facto Segregation of Black and White Vernaculars*. In: SANKOFF, D. (org.). *Diversity and Diachrony*. Amsterdam: Jhon Benjamins B. V. 1986.
- LE PAGE, R. B. *Projection, Focursing and Diffusio*. York Papers in Linguistics. 1980.
- MEC (Ministério da Educação) *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Língua Portuguesa. Brasília, MEC.1998.
- PHILIPS, S. *Participant Strutures and Communicative Ccompetence: Warm Springs Children in Community and Classroom*. In: CAZDEN, C., JHON, V. & HYMES, D. (orgs.). *Fundacions of Language in the classroom*. New York: Teachers College Press.
- PIESTRUPP, A. *Black Dialect Interference and Accommodation of Reading Instruction in First Grade*. Monogrophy n 4. Berkeley: Language Behavior Research Laboratory.